EXPEDIENTE
08 ABR. 2021

REQUERIMENTO Nº 167/2021

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete,

O vereador infra-assinado, nos termos do art. 196, inciso X, do Regimento Interno, requer, ouvida a Casa, na forma regimental, que V. Exa. encaminhe expediente ao Prefeito Municipal solicitando **informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para atendimento integral à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11).**

Justifica-se o presente requerimento, pois Conselheiro Lafaiete foi obteve a nota de 6,79 (de 0 a 10 pontos) no resultado da 2ª edição da Escala Brasil Transparente (EBT) - Avaliação 360° divulgado pela Controladoria-Geral da União (CGU). A iniciativa busca verificar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros normativos sobre transparência pública.

Cumprindo o papel que me foi incumbido pela população de Conselheiro Lafaiete e, na prerrogativa funcional de fiscalização dos atos do Poder Executivo, questiono:

- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não disponibiliza os endereços atualizados das suas unidades administrativas? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não disponibiliza a possibilidade de consulta do objeto, valor, vigência e licitação de origem dos Contratos? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não disponibiliza consulta para o acompanhamento de Obras Públicas? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não disponibiliza consulta de informações sobre despesas com Diárias? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?

- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não divulga seu normativo de acesso à informação em local de fácil acesso? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- Sobre Transparência Ativa, por qual razão o Município não publica em seu sítio oficial alguma relação das bases dedados abertos do município (catálogo/inventário de dados abertos)? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- Sobre Transparência Passiva, por qual razão o Município não respondeu ao pedido, não foi respondido no prazo, não foi respondido o que se perguntou, não se comunicou ao cidadão a possibilidade de recurso? Quais medidas estão sendo tomadas para a regularização desse item?
- O Poder Executivo apurou as razões pelas quais a cidade obteve referida nota?
- Quais são as medidas que estão sendo tomada para melhorar a qualidade das informações contábeis e fiscais?

O presente pedido se presta a fiscalizar a correta aplicação da Lei, bem como faz parte do esforço de fiscalização da publicidade e transparência promovido pelo parlamentar subscritor.

SALA DAS SESSÕES, 23 DE MARÇO DE 2021

VEREADOR OSWALDO ALVES BARBOSA

/jabs/